

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Horário de verão: varejo teme prejuízo](#)..... 3

Folha de S. Paulo

[Título: Sem definição, governo fará enquete sobre fim do horário de verão](#) 4

O Estado de S. Paulo

[Título: Governo estuda fazer enquete sobre horário de verão](#) 9

Correio Braziliense

[Título: Balcão reaberto](#)..... 12

[Título: Casa Civil decidirá sobre horário de verão](#)..... 16

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....**3**

Título: A Amazônia agradece 3

Título: Poder em jogo..... 3

Título: Horário de verão: varejo teme prejuízo..... 3

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**4**

Título: Sem definição, governo fará enquete sobre fim do horário de verão 4

Título: Área da Renca, entre Amapá e Pará, tem trauma de projetos grandiosos 5

Título: Após polêmica, Lula decide incluir região da Renca em roteiro de caravana pelo Norte	8
Título: Faça-se a luz	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Governo estuda fazer enquete sobre horário de verão	9
Título: Cemig pede adiamento de leilão por 15 dias	10
Título: Russos querem ajudar em usina nuclear do Brasil	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: Balcão reaberto.....	12
Título: Gasolina recua para R\$ 3,99	14
Título: Conta de luz deve subir	16
Título: Casa Civil decidirá sobre horário de verão.....	16
VEÍCULO: Valor Econômico	17
Título: Leilões testam governo e podem render mais de R\$ 13 bi à União	17
Título: Disputa por usinas vai exigir fôlego financeiro	19
Título: ANP tem primeiro leilão após mudança nas regras do setor	21
Título: País tem oportunidade de se tornar produtor relevante	23
Título: Aneel decide futuro do grupo Isolux na próxima semana.....	24
Título: Curta.....	25
Título: Usina afetada por desastre da Samarco continua desligada	26

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunista****Autor: Ancelmo Gois****Título: A Amazônia agradece**

Temer deve revogar, hoje, de vez, o decreto que extinguiu a Reserva **renca**, na divisa de Pará e Amapá. Por causa da comoção internacional, o governo já tinha congelado os efeitos.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Lydia Medeiros****Título: Poder em jogo**

Ligados

Começou a corrida para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O mandato do diretor José Jurhosa Jr. acaba em outubro, mas ele tem chances de voltar ao posto. O cargo é cobiçado, e a Aneel é o único órgão do setor elétrico que ainda não passou por mudanças desde a posse de Temer. Já em janeiro termina o período do diretor Reive Barros, que não pode mais ser reconduzido.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Horário de verão: varejo teme prejuízo**

Governo estuda fazer enquête junto à população sobre fim da medida

RIO E BRASÍLIA - A notícia de que o governo avalia pôr fim ao horário de verão, por considerar o impacto no consumo de energia pequeno, não foi bem recebida por bares, restaurantes e quiosques da orla carioca. Eles argumentam que, com a hora extra de sol no fim do dia, o movimento é maior. — Com o horário de verão, o happy hour acaba se estendendo — explica Roberto Maciel, presidente da seção carioca da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). — A vida noturna está muito ruim no Rio, parece que às 23h há toque de recolher.

Com o verão, as pessoas ficam até meia-noite, 1h, aumentando as horas de faturamento. A Federação do Comércio do Estado do Rio (Fecomércio-RJ)

afirmou, em nota, que o horário de verão incentiva a geração de empregos e a arrecadação de impostos. — Para o negócio, é positivo. Com o horário de verão, as pessoas vêm depois do expediente para cá, tomar algo, jogar um futebol ou dar um mergulho — conta Agostinho Pereira, que há cinco anos trabalha em um quiosque em Copacabana. Rita Fernandes, presidente da Associação dos Blocos de Carnaval de Rua da Zona Sul (Sebastiana), diz temer que, com o fim do horário de verão, aumentem os casos de violência no carnaval de rua: — Diversos blocos grandes terminam por volta das 19h, enquanto ainda está claro.

A falta de luz dificultaria o controle, porque, quanto mais tarde, maior a propensão a confusão e roubos. A repercussão levou o governo a cogitar fazer uma consulta à população. A equipe de comunicação de Michel Temer, entre eles o marqueteiro Elsinho Mouco, vai sugerir que o portal do governo produza uma enquete. O assunto está na Casa Civil e será decidido pelo presidente. Para interlocutores de Temer, o fim do horário de verão não vai desgastar sua imagem, e a pesquisa serviria apenas para ouvir a população.

A ideia de acabar com o horário de verão surgiu após um estudo do Operador Nacional do Sistema Elétrico e do **Ministério de Minas e Energia** concluir que seus efeitos no consumo de energia são “próximos à neutralidade”. Segundo dados do governo, a economia no último verão foi de R\$ 159,5 milhões, valor considerado baixo pelo setor elétrico. O professor da área de engenharia elétrica da PUC-Rio Rodrigo Calili ressalta que, com o maior uso do ar-condicionado, o horário de pico passou a ser no meio da tarde. O presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, concorda: — O resultado é irrisório em termos de economia de energia. (Daniel Salgado, estagiário, Letícia Fernandes, Manoel Ventura e Ramona Ordoñez)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano

Autor: GUSTAVO URIBE DE BRASÍLIA

Título: Sem definição, governo fará enquete sobre fim do horário de verão

Sem ainda uma definição, o presidente Michel Temer fará na semana que vem uma enquete no portal oficial do governo sobre a opinião da população em relação ao fim do horário de verão.

Como o tema gerou grande repercussão nas redes sociais nesta quinta-feira (21), a equipe de comunicação do Palácio do Planalto decidiu realizar uma pesquisa para ajudar na decisão. O presidente está avaliando a conveniência ou não de adotar o horário de verão neste ano. Desde 2008, um decreto

presidencial estabelece as datas para o início e término do programa de economia de energia.

A questão ainda está em análise na Casa Civil. O peemedebista pediu uma posição do **Ministério de Minas e Energia** para tomar uma decisão definitiva. A última edição foi de 16 de outubro de 2016 a 19 de fevereiro de 2017. No período, a economia foi de R\$ 159,5 milhões, decorrentes da redução do uso de usinas termelétricas para complementar a geração de energia.

O valor ficou abaixo do verificado na edição anterior (2015/2016), quando foram poupados R\$ 162 milhões.

A economia reflete o maior uso de iluminação natural neste período, quando os relógios são adiantados em uma hora nos Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. A alteração não vigora nos Estados do Norte e Nordeste. O horário de verão vem perdendo importância. Nos últimos anos, o horário de pico no consumo de energia se deslocou do início da noite para o início da tarde, principalmente no verão, quando um maior número de aparelhos de ar condicionado está em operação.

O programa foi instituído pela primeira vez no Brasil no verão de 1931/1932 e vem sendo adotado continuamente desde 1985.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciência

Autor: FABIANO MAISONNAVE ENVIADO ESPECIAL A LARANJAL DO JARI (AP)

Título: Área da Renca, entre Amapá e Pará, tem trauma de projetos grandiosos

Há quatro meses, cerca de 500 funcionários indiretos foram dispensados da Jari Celulose, a maior empresa da região. Concluída em 2014, a usina hidrelétrica Santo Antonio do Jari, chegou a empregar 2.600 trabalhadores, mas hoje funciona com 30 pessoas e é acusada de ter deixado ribeirinhos sem água e luz.

Em agosto, o governo Temer anunciou a extinção da Renca (Reserva Nacional do Cobre Associados) –o presidente adiou por 120 dias a medida, que também é contestada na Justiça–, com o intuito de abrir a região para investimentos privados de mineração. A notícia pegou de surpresa Laranjal do Jari, maior cidade de uma região traumatizada por grandes empreendimentos.

"Laranjal do Jari foi construída sobre palafitas com a criação da Jari Celulose", diz à **Folha** o prefeito Márcio Serrão (PRB). "Com esse problema que a empresa

está passando, existe um desemprego muito grande que vem afetando todo o município: o taxista, o catraieiro [barqueiro], o dono de loja."

Emancipada há 30 anos, Laranjal do Jari (AP) existe por causa do Projeto Jari, um dos mais mirabolantes da Amazônia, comparável apenas à Fordlândia (PA) – fracassada tentativa de produzir borracha para a fábrica de automóveis na primeira metade do século 20.

O Projeto Jari começou em 1967, quando o americano Daniel Ludwig adquiriu 1,4 milhão de hectares para implantar um empreendimento de celulose. Essa área havia sido grilada por um "coronel" do Ceará, segundo pesquisa da geógrafa Maria Luíza de Camargo, que estudou o tema em seu mestrado, na USP.

Em abril de 1978, a fábrica de celulose e uma usina termelétrica chegaram à região após terem sido rebocadas desde o Japão, numa epopeia de quase três meses.

Mesmo com generosos incentivos públicos, o projeto não deu o retorno esperado, e Ludwig se desfez dele em 1982. Desde 2000, a empresa está sob o controle do paulista Sergio Amoroso, que assumiu a dívida de US\$ 415 milhões. De 2013 a 2014, a fábrica foi paralisada para passar por um processo de modernização de US\$ 300 milhões. Desde então, segundo moradores, a empresa nunca retomou sua plena capacidade.

Para piorar, em 2015, a Jari Florestal, braço da empresa que explora madeira, foi alvo da Operação Tabebuia, que investigou um esquema para fraudar créditos florestais e esquentar madeira.

"Este é o pior momento. Já foi boa essa Jari", diz o desempregado Raimundo da Silva, 54. Demitido há cinco meses, hoje vive da venda de geladinho pelas ruas. Metade dos 46 mil moradores de Laranjal, terceira cidade mais populosa do Estado, vive em precárias palafitas. O saneamento básico é zero, em contraste com o distrito de Monte Dourado (PA), do outro lado do rio Jari.

Construído pelo Projeto Jari, Monte Dourado tem casas amplas (muitas vazias e todas conectadas à rede de esgoto) e que às vezes lembram um subúrbio norte-americano. É ali que vive a elite da região.

"O momento é difícil, mas já estamos com 90% de normalidade", disse Amoroso, maior acionista da Jari Celulose.

Sobre as demissões, afirmou que está arcando com custos trabalhistas e que houve um "problema de gestão" da empresa terceirizada, que levou à ruptura

de contrato. Ele também afirma que foi induzido ao erro por quem vendeu madeira fraudulenta.

3 HORAS DE LUZ

Distante 12 km da hidrelétrica Santo Antonio do Jari, a comunidade Comaru só tem três horas de energia por dia, dizem os moradores, realocados por causa da inundação provocada pela obra.

Esse não é o único problema do conjunto de 48 casas construído em 2014 pela multinacional EDP (Energias de Portugal) na foz do rio Iratapuru: os ribeirinhos, que vivem da extração da castanha, têm de buscar água no rio em carriolas. O esgoto nunca foi interligado e, quando chove, parte da rua enche de fezes. Eles reclamam dos mosquitos e da falta de vedação do forro, por onde entram morcegos e ratos.

"Está pior do que antes. Isso aqui era muito lindo, tinha praia, e agora está tudo inundado", diz Aldemir da Cunha, presidente da cooperativa Comaru, que extrai castanha na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Iratapuru. Esta, por não ser uma unidade de proteção integral, pode abrigar projetos de mineração caso o governo extinga a Renca.

Extrativistas e outros habitantes da região ouvidos para esta reportagem afirmaram que não foram consultados pelo governo federal sobre o impacto da extinção da Renca para a região.

Em nota, a EDP informou que "cumpriu todos os pontos de seu plano de compensação socioambiental[...]. A empresa esclarece que a manutenção e operação dos sistemas implementados são de responsabilidade das concessionárias regionais."

Procurada, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) informou que não tem "nenhuma responsabilidade" sobre as instalações elétricas feitas pela EDP. A Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa) afirma que a interligação do sistema tem sido dificultada pela falta de energia, mas que elaborará um projeto em até 90 dias para começar a resolver o problema.

PROJETO JARI

Maior empreendimento da região da Renca

1967

O empresário americano Daniel Ludwig adquire 1,4 milhão de hectares entre o PA e o AP. O objetivo era plantar árvores para uma fábrica de papel

1978

Construída no Japão, a fábrica de 17 andares de altura é rebocada até o rio Jari, um percurso de 27.000 km. Cerca de 100 mil hectares haviam sido desmatados pela empresa, que também construiu uma vila a seus funcionários, Monte Dourado (PA)

1982

Após vários problemas, Ludwig vende o projeto a um grupo de empresários brasileiros, com participação do Banco do Brasil

1983

Para proteger reservas minerais de empresas estrangeiras, a ditadura militar cria a Renca (Reserva Nacional do Cobre e Associados), que inclui parte das terras do Projeto Jari

1987

Com a atração populacional, é criado o município de Laranjal do Jari. Primo pobre de Monte Dourado, separados pelo rio Jari, é a terceira maior cidade do Amapá, com 47 mil habitantes

2000

O Grupo Orsa, do empresário paulista Sergio Amoroso, compra o empreendimento. Paga apenas R\$ 1, mas assume dívida de US\$ 415 milhões

2013 e 2014

A fábrica da Jari Celulose paralisa a produção e passa por reformas de modernização

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Após polêmica, Lula decide incluir região da Renca em roteiro de caravana pelo Norte

POR PAINEL

Cola na Gisele O ex-presidente Lula quer incluir a região da Renca (Reserva Mineral de Cobre e seus Associados) no roteiro de suas caravanas. Houve forte reação à tentativa de Temer de alterar a destinação da área. O tema foi discutido pelo PT nesta quinta-feira (21).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Sonia Racy

Título: Faça-se a luz

Direto da fonte

A ideia do governo Temer de abandonar o horário de verão, por representar economia irrelevante, coincide com projeção, pouco animadora, do ONS: baixo nível dos reservatórios para os próximos meses – pelo menos até abril de 2018. A medida, entretanto, deve ter impacto positivo no faturamento da iniciativa privada.

Luz 2

Indagado, o comitê de monitoramento do **MME**, justifica. Diz que “o risco de qualquer déficit de energia em 2017 é igual a 0,1% para os subsistemas Sudeste/Centro Oeste e Nordeste”. E afirma que conta com a possibilidade “de aumento da importação internacional de energia a preços competitivos”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Carla Araújo

Título: Governo estuda fazer enquete sobre horário de verão

Segundo Ministério de Minas e Energia, com mudanças no perfil do consumo, medida não traz mais economia; Temer dará palavra final

A manutenção ou não do horário de verão será uma decisão da Presidência da República. Após a conclusão de estudos que mostram que o horário diferenciado não proporciona economia de energia, o Ministério de Minas e Energia (MME) decidiu encaminhar a questão para instâncias superiores. Prevendo polêmica, já que o assunto divide opiniões e tem amantes e detratores, o governo estuda fazer uma enquete nas redes sociais para deliberar sobre o assunto.

A ideia é lançar essa enquete na semana que vem, no Portal do Planalto. O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, evitou qualquer apreciação prévia. Quem vai bater o martelo sobre a questão é o presidente Michel Temer. Se vigorar neste ano, o horário de verão começa em 15 de outubro e termina em 17 de fevereiro.

“Tendo em vista as mudanças no perfil e na composição da carga que vêm sendo observadas nos últimos anos, os resultados dos estudos convergiram para a constatação de que a adoção desta política pública atualmente traz resultados próximos à neutralidade para o consumidor brasileiro de energia elétrica, tanto em relação à economia de energia, quanto para a redução da demanda máxima do sistema”, informou o MME. A conclusão dos estudos sobre a aplicação do horário de verão foi informada pelo Estadão/ Broadcast em junho.

Na época, o MME havia constatado que a mudança nos hábitos do consumidor e o avanço da tecnologia tornaram inócua a economia de energia que o horário de verão proporcionava no passado. Autoridades do setor elétrico atribuíram sua manutenção a “questões culturais”. De acordo com esses estudos, não é mais a incidência de luz natural que influencia os hábitos do consumidor, mas, sim, a temperatura.

A popularização dos aparelhos de ar-condicionado é uma das principais razões dessa mudança. Como o calor é mais intenso no fim da manhã e início da tarde, os picos de consumo são registrados atualmente nesse período. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o horário de ponta ocorre entre 14h e 15h, e não mais entre 17h e 20h.

No passado, o horário de maior consumo de energia era entre 17h e 20h, quando os trabalhadores retornavam para casa e tomavam banho. Para dar mais folga e segurança ao sistema, adiantar os relógios em uma hora permitia, por exemplo, adiar o acionamento da iluminação pública nas ruas. Isso deslocava parte da demanda e diminuía a concentração do uso de energia, reduzindo custos do sistema. Em 2016, de acordo com o MME, o horário de verão durou 126 dias e gerou economia de R\$ 159,5 milhões ao sistema. O valor é considerado irrelevante para o setor.

A primeira vez que o País o adotou foi em 1931. Desde 1985, foi aplicado todos os anos. Nos países desenvolvidos, o horário de verão é mais extenso que no Brasil. Na Europa, vigora de março a outubro; nos Estados Unidos, México e Canadá, de março a novembro; na Austrália, de outubro a abril; na Nova Zelândia, de setembro a abril.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth André Borges

Título: Cemig pede adiamento de leilão por 15 dias

Presidente da empresa quer tempo para conseguir financiamento e pagar a outorga pelas hidrelétricas

O presidente da Cemig, Bernardo Alvarenga, pediu ao governo e à Justiça para adiar por 15 dias o leilão marcado para a próxima quarta-feira. Nesse prazo, ele pretende concluir as negociações para a própria Cemig fechar um financiamento e pagar a outorga pelas hidrelétricas. “O pedido foi feito ao Supremo Tribunal Federal (STF) e diretamente aos órgãos do governo que cuidam do assunto”, disse.

“Isso não traz nenhum prejuízo para o governo. De qualquer forma, o dinheiro entrará no caixa do Tesouro no dia 30 de novembro”, afirmou, em referência à data de pagamento da outorga, prevista no edital. Alvarenga comemorou a decisão do ministro do STF Dias Toffoli, que derrubou um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que impedia as negociações entre o governo e a empresa.

O governo quer licitar, pelo preço mínimo de R\$ 11 bilhões, as usinas de Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande. Ontem, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o governo espera concorrência no leilão. Na avaliação de Oliveira, as usinas não são mais alvo de qualquer impedimento judicial. “Estamos com uma expectativa positiva. O leilão está desimpedido. Há interesse de vários grupos.

O leilão tende a ser bem exitoso”, disse o ministro, sem mencionar nomes de interessados.

Interessadas.

Além da própria Cemig, companhias como a Alupar, Engie e State Grid chegaram a analisar as propostas. Oliveira afirmou que o governo tem expectativa de que os lances pelas usinas possam superar a arrecadação prevista. “Gostaríamos que fosse mais”, comentou o ministro após participar de uma reunião com ministros do Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo Alvarenga, se não conseguir viabilizar o financiamento, a Cemig não terá do que reclamar ao governo. “O governo se aproveita da situação financeira complicada em que a empresa está para vender as usinas. Foi uma armadilha para prejudicar a Cemig”, reclamou. O executivo aproveitou para pedir o apoio da bancada mineira no Congresso. “É preciso defender a Cemig. A Cemig não tem partido. Todos devem se unir em favor da empresa”, afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional

Autor:

Título: Russos querem ajudar em usina nuclear do Brasil

A estatal russa Rosatom tem interesse em participar do programa nuclear brasileiro e da conclusão da usina nuclear de Angra 3, disse ontem o chanceler, Aloysio Nunes Ferreira, após se reunir com seu colega russo, Serguei Lavrov, em Nova York. Até 2015, as obras já haviam consumido R\$ 5,3 bilhões, de um total estimado em R\$ 14,8 bilhões. O governo estuda retomar a construção, iniciada nos anos 80.

A Rosatom controla as atividades nucleares civis e militares da Rússia e responde pela produção de 17% da energia nuclear global. Aloysio e Lavrov se reuniram durante a Assembleia- Geral da ONU. No encontro, o russo manifestou interesse na posição brasileira em relação à Venezuela. Mais cedo, ele havia criticado a ameaça de Donald Trump de intervir militarmente no país. “É inaceitável incitar distúrbios e ameaçar usar a força para democratizar a Venezuela”, disse Lavrov.

Aloysio também se reuniu com o chanceler da Ucrânia, Pavlo Klimkin, com quem discutiu a dissolução da empresa binacional criada No governo Dilma Rousseff para utilizar a base de Alcântara no lançamento de satélites. O Brasil gastou R\$ 500 milhões no projeto, que nunca decolou. O chanceler disse a Klimkin que os ucranianos não cumprem os requisitos para a liquidação da empresa, o que gera custos com manutenção.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Paulo de Tarso Lyra e Bernardo Bittar

Título: Balcão reaberto

Após o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovar ontem, por 10 votos a 1, o encaminhamento da denúncia contra o presidente Michel Temer à Câmara — o documento chegou às 20h30 na Casa —, governo sabe que terá de recomeçar toda a negociação com a base aliada e prepara-se para ouvir pedidos de cargos e emendas parlamentares. Hoje será anunciada a liberação de R\$ 10 bilhões para os ministérios destravarem a agenda de investimentos, o que irrigará o discurso dos deputados junto aos respectivos eleitores.

Para garantir a rejeição da primeira denúncia por corrupção passiva contra o peemedebista — a atual acusa o presidente de organização criminosa e obstrução de Justiça —, Temer foi obrigado a redesenhar os espaços no segundo e terceiro escalões do governo. Primeiro para garantir os votos para encerrar o caso, depois para premiar os parlamentares fieis.

Na época, um dos parlamentares que ajudaram o Planalto a rearranjar as forças foi o vice-líder do governo Beto Mansur (PRB-SP). Ele resumiu o cenário da seguinte maneira: “Não vamos impedir ninguém de entrar no prédio. Mas os aliados vão de elevador, os demais vão de escada”. Um integrante da base reconheceu que essa metáfora está posta novamente. “Não se iluda: deputado sempre vai querer um cargo a mais”, avisou um governista.

A dúvida é se o atual ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, terá forças políticas para conduzir esse processo. No dia em que a primeira

denúncia foi votada, ele desincompatibilizou-se do cargo e foi ao plenário da Câmara de planilha em punho. De lá para cá, o Centrão pediu a cabeça dele e o vice-presidente da Casa, Fábio Ramalho (PMDB-MG), chamou-o de “seu m...” após não conseguir ser recebido em audiência no Planalto. “É claro que Imbassahy terá força. Afinal, ele é o portador da caneta-tinteiro do presidente”, disse um interlocutor do governo.

A partir da próxima semana, será iniciada a articulação para a escolha do relator da denúncia na CCJ. O PMDB ensaiou uma pressão sobre o presidente da comissão, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), que não surtiu efeito. O relator da proposta anterior, Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) já avisou que não aceita repetir a missão. “Não sei quem será o escolhido. Mas entendo que não será um deputado do PSDB nem do DEM”, ponderou Mansur. A expectativa é a de que, com os feriados, o texto chegue ao plenário no final de outubro. Até lá, nada de reforma da Previdência.

O líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB), acredita que a tramitação da atual denúncia será menos tumultuada que a anterior. Ele lembra que os deputados passaram um bom tempo discutindo quais seriam as regras para votar a matéria na CCJ e no plenário. “Agora que já definimos, ficará mais fácil o debate de ponto e contraponto. Na vez anterior, o embate foi monopolizado pelos opositoristas”, reclamou Efraim.

O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) elogiou a decisão do STF. “Ao enviar a denúncia para a Câmara, o Supremo decidiu que não deve interferir na atuação do Congresso neste processo. Espero que a Câmara tenha a mesma seriedade e decida por não interferir no papel do Supremo, de dar andamento a um processo judicial grave e repleto de provas, mostrando para a sociedade que ninguém está acima da lei”, declarou.

Rodrigo Maia

O Planalto terá de contornar, ainda, outro princípio de crise. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), fez duras críticas ao governo na noite de quarta-feira, protestando contra a filiação do **ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho** e do pai dele, o senador Fernando Bezerra, ambos de Pernambuco, ao PMDB. Eles estavam insatisfeitos no PSB e flertavam, também, com o DEM. Mais recentemente, o PMDB passou a negociar a filiação de Marinaldo Rosendo (PSB-PE), que estava praticamente acertado com o DEM.

Maia atacou o presidente do PMDB, senador Romero Jucá (RR), e os ministros Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) e Eliseu Padilha (Casa Civil). “Ele só passou do ponto ao dizer que Temer prometera não influenciar os socialistas a mudarem de legenda”, minimizou um cacique da base aliada.

Colaborou Guilherme Mendes

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Gabriela Sant'Anna

Título: Gasolina recua para R\$ 3,99

Mesmo abaixando o preço da gasolina na última semana, os postos de combustíveis continuam cobrando valores muito parecidos na bomba. Dos 28 postos visitados pelo Correio, 18 cobravam a mesma quantia pelo litro: R\$ 3,99 e seis tinham uma variação de até R\$ 0,03. Segundo especialistas, o fato de os estabelecimentos baixarem os preços ao mesmo tempo e com valores tão parecidos é um indício forte de que o cartel pode ter voltado.

O advogado Rafael Klier explicou que sempre houve suspeita da prática no Distrito Federal e lembrou que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e o Ministério Público já aplicaram sanções a diversos estabelecimentos. “Essas investigações, feitas há cerca de dois anos, coibiram a prática à época, mas os estudos de economistas levam a crer que há uma nova configuração, apesar de não haver nenhum processo no Ministério Público”, diz.

Segundo Klier, os donos de postos aproveitaram o aumento da tributação para combinarem preços. Quando houve a elevação da alíquota do PIS-Cofins sobre os combustíveis, alguns postos vendiam o litro da gasolina por R\$ 2,96. Dias depois, todos os estabelecimentos subiram os preços para o patamar de R\$ 3,80, muito acima dos R\$ 0,40 do reajuste previsto.

Esse movimento de altas e baixas quase que sincronizadas já foi percebido pelos consumidores. Jalles Levi de Oliveira, motorista do aplicativo Uber, afirmou não ver diferenças significantes entre os postos. “Como trabalho com transporte, fico sempre de olho em promoções, enfrento filas gigantescas para poder economizar, só que ultimamente não vejo diferença entre os postos. Os aumentos pegam a gente de surpresa”, lamentou.

Compare (em R\$)

Veja os valores cobrados pela gasolina

Postos	Endereço	13/09	21/09
--------	----------	-------	-------

Petrobras	Próximo à Torre de TV	4,13	3,99
-----------	-----------------------	------	------

Petrobras	Eixo W 103 Sul	4,12	3,99
-----------	----------------	------	------

Petrobras Eixo W 105 Sul 4,12 3,99
 Petrobras Eixo w 106 Sul 4,12 3,99
 Petrobras Eixo W 113 Sul 4,05 3,95
 Shell Eixo W 115 Sul 4,05 3,95
 Petrobras Eixo L 214 Sul 4,12 3,95
 Petrobras Eixo L 212 Sul 4,12 3,95
 JarJour Eixo L 210 Sul 4,12 3,99
 PB Eixo L 206 Sul 4,12 3,99
 Ipiranga Eixo L 204 Sul 4,12 3,99
 Petrobras Eixo L 202 Sul 4,12 3,99
 Petrobras Eixo L 203 Norte 4,11 4,09
 Ipiranga Eixo L 204 Norte 4,19 4,19
 JarJour Eixo L 206 Norte 4,12 3,99
 Petrobras Eixo L 208 Norte 4,13 3,99
 Ipiranga Eixo L 210 Norte 4,11 3,99
 Shell Eixo L 212 Norte 4,11 3,99
 Petrobras Eixo L 214 Norte 4,13 3,99
 Ipiranga Eixo W 115 Norte 4,21 3,99
 Petrobras Eixo W 113 Norte 4,11 3,99
 Ipiranga Eixo W 112 Norte 4,11 3,99
 Shell Eixo W 109 Norte 4,12 3,99
 Petrobras Eixo W 107 Norte 4,11 3,99
 Petrobras Eixo W 105 Norte 4,13 4,03
 Petrobras Eixo W 103 Norte 4,13 4,13
 Petrobras Sig Quadra 3 4,12 3,97
 Sehll Sig Quadra 3 4,09 3,98

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Conta de luz deve subir**

A tarifa de energia deve ficar bem mais salgada no mês que vem. Com reservatórios de água em níveis críticos, especialistas apostam que a bandeira tarifária saltará de amarelo, em vigor em setembro, para o segundo patamar vermelho, com cobrança extra de R\$ 3,50 para cada 100 quilowatts/hora (kWh) consumidos.

Segundo Cecília Lupatini, analista de mercado da Safira Energia, desde fevereiro de 2016, quando a bandeira vermelha foi dividida em dois patamares, o segundo nível nunca ocorreu. “A expectativa de chuvas acima da média no Sudeste e no Sul, em setembro, não se confirmaram. Isso obrigará o despacho de térmicas com preço acima de R\$ 610 megawatts/hora (MWh), o que aciona o patamar dois”, projetou. “No Nordeste, os reservatórios estão com 10% da capacidade, o menor nível da história”, alertou.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que determina a bandeira, só deve anunciar a decisão em 29 de setembro. Porém, em reunião esta semana, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico admitiu que a situação crítica dos reservatórios deve impactar na formação dos preços. A Aneel descartou racionamento. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Casa Civil decidirá sobre horário de verão**

Odiado por muitos e amado por tantos outros brasileiros, o horário de verão pode deixar de ser aplicado este ano. A possibilidade de não ter que adiantar os relógios em uma hora no terceiro domingo de outubro, como diz a lei, viralizou nas redes sociais. Uma enquete informal no Twitter apurou que a disputa é acirrada: há 46% admiradores do fim de tarde estendido e 43% satisfeitos com a extinção do horário de verão; para 11%, é indiferente.

Oficialmente, embora o tema esteja em análise, ainda não há veredito. O **Ministério de Minas e Energia (MME)** afirmou que a decisão foi parar na Casa Civil, que admite ter recebido um estudo do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) sobre a pouca efetividade da adoção do horário de verão. “O governo está avaliando, mas não há decisão”, informou a assessoria da Casa

Civil.

Para o coordenador do curso de engenharia elétrica do IESB, Maurício Tavares, a reavaliação faz todo o sentido. “Do ponto de vista energético, a economia não é mais relevante. No ano passado, representou 0,1% do custo anual do setor elétrico. O impacto na vida das pessoas é muito maior”, avaliou.

Segundo o especialista, o horário de verão foi implementado para retirar toda a carga do horário de pico, entre 18h e 21h. “Antes das mudanças tecnológicas, fazia sentido, pois todo mundo ligava os equipamentos e a iluminação, inclusive pública, ao mesmo tempo. Isso causava estresse no sistema. Algumas usinas operavam apenas para atender essa demanda”, assinalou.

O comportamento mudou e, atualmente, o maior consumo de energia migrou para o meio da tarde, quando os condicionadores de ar, presentes em cada vez mais locais e residências, estão todos ligados. “O consumo de iluminação caiu por conta de lâmpadas mais eficientes. E toda rede que era paga só para operar no fim do dia agora é acionada antes”, justificou o professor.

Tavares explicou que, no verão 2013/2014, a economia gerada foi de R\$ 405 milhões. Na última edição, 2016/2017, o governo poupou R\$ 159,5 milhões, ou seja, menos de 40% do economizado em 2013. Agora, está nas mãos do presidente Michel Temer decidir quem vai ganhar a mais recente batalha das redes sociais: os que gostam ou os que odeiam o polêmico horário de verão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Leilões testam governo e podem render mais de R\$ 13 bi à União

Na próxima quarta-feira, o governo Temer terá seu maior teste de atratividade de investidores nacionais e estrangeiros com relação ao mercado brasileiro, ao mesmo tempo em que poderá, em um único dia, obter arrecadação expressiva de recursos para o resultado fiscal. No mesmo dia, serão realizadas a 14ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o leilão de quatro hidrelétricas da Cemig que tiveram a concessão encerrada.

Os dois eventos são também os dois primeiros leilões de grande porte nas áreas de óleo e gás e energia elétrica do governo Temer e serão verdadeiros termômetros do humor dos investidores com relação ao mercado brasileiro. Considerando a hipótese de todos os ativos serem negociados e pelo valor de bônus de outorga mínimo, o governo prevê arrecadar quase R\$ 13 bilhões.

Desse total, a maior parte, cerca de R\$ 11 bilhões, deverá vir do leilão das usinas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande. Juntos, os quatro empreendimentos, localizados em Minas Gerais, totalizam 2.922 megawatts (MW) de capacidade instalada, um terço de todo o parque gerador da companhia estatal mineira - que até às vésperas do certame busca um acordo por fora com o governo para reaver a concessão de pelo menos duas usinas: Jaguará e Miranda.

No caso da 14ª Rodada, serão ofertados 287 blocos em nove bacias sedimentares (Campos, Santos, Espírito Santo, Sergipe-Alagoas, Pelotas, Parnaíba, Paraná, Potiguar e Recôncavo). Serão oferecidas áreas para exploração marítima e terrestre. Considerando que todos os blocos sejam negociados e pelo valor de bônus mínimo, o governo prevê arrecadar R\$ 1,7 bilhão.

Para o leilão petrolífero, estão inscritas 32 empresas nacionais e estrangeiras, desde as gigantes do setor até companhias de menor porte, focadas em ativos terrestres. Seis petroleiras estrangeiras estão buscando oportunidades para entrar no mercado brasileiro este ano, a partir da 14ª Rodada.

No setor elétrico, as maiores apostas são a chinesa State Power Investment Corporation (SPIC), a italiana Enel, a franco-belga Engie e a espanhola Iberdrola. A SPIC já tentou uma investida anterior no país, por meio da aquisição da fatia da Cemig na hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, porém o negócio não foi concluído. A Enel, que planeja investir € 3,2 bilhões no Brasil até 2019, venceu o leilão da Celg Distribuição (Celg D), no fim de 2016.

A Engie planeja expandir sua atuação no setor, tanto em geração quanto em transmissão de energia. Embora a Iberdrola tenha colocado o Brasil entre suas prioridades, comprovada pela eleição do presidente mundial do grupo, Ignacio Galán, para a presidência do conselho da Neoenergia, a empresa está concentrada neste momento na oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da Neoenergia.

A expectativa do governo é otimista com relação ao resultado dos leilões. Do ponto de vista macroeconômico, a situação do país melhorou em relação aos últimos anos. O maior fator de risco hoje é a turbulência política enfrentada, embora esta crise esteja descolada da situação econômica. De acordo com o boletim Focus desta semana, divulgado pelo Banco Central (BC), o mercado financeiro prevê crescimento do PIB de 0,6%, em 2017, e de 2,2%, em 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Polito, Camila Maia e Marcos de Moura e Souza | Do Rio, de São Paulo e Belo Horizonte**Título:** Disputa por usinas vai exigir fôlego financeiro

Enquanto a Cemig insiste na negociação de um acordo com a União para manter as concessões das quatro usinas hidrelétricas que foram devolvidas, o governo segue otimista com a realização do leilão na quarta-feira. A disputa, no entanto, estará restrita a grupos de grande porte. A outorga mínima pode render R\$ 11 bilhões ao governo, caso todos os lotes sejam arrematados sem disputa.

O leilão envolverá as hidrelétricas São Simão, Miranda, Jaguará e Volta Grande. A estatal mineira, porém, ainda questiona na Justiça a devolução das três primeiras.

Até a última semana, o governo trabalhava com a possibilidade de participação de quatro grupos, sem mencionar os nomes. Não se sabe se a conta do governo inclui a própria Cemig e a mineradora Vale, que estuda participar do leilão em parceria com a estatal mineira, por meio da Aliança Geração de Energia. No mercado, comenta-se os nomes de grandes grupos do setor: a italiana Enel, a franco-belga Engie e a chinesa State Power Investment Corporation (SPIC).

No último mês, o presidente da Engie Brasil Energia (antiga Tractebel Energia), Eduardo Sattamini, afirmou ao **Valor** que a empresa tem interesse nos ativos, mesmo com a questão jurídica envolvida. "A hora que eles forem a leilão, pode haver questionamentos, mas ele [leilão] vai ser executado. E quem arrematar [as concessões] terá direito de operar", disse.

O presidente da Enel no Brasil, Carlo Zorzoli, contou ao **Valor**, também no fim de agosto, que a companhia olha todas as oportunidades de negócios no Brasil, mas não comenta situações específicas. "Olhamos todas as oportunidades, porém não podemos comentar nenhuma em específico", afirmou na ocasião.

A própria Cemig considera um "acordo" no qual pagará a outorga para garantir que ficará com os ativos, na parceria com a Vale ou com outros sócios. No entanto, a estatal mineira, que vem brigando na Justiça há cinco anos para manter as concessões, quer uma solução no qual não precise participar do leilão para ficar com pelo menos duas das usinas.

Em entrevista ao **Valor**, o diretor financeiro da Cemig, Adézio Lima, disse que a empresa, o Ministério do Planejamento e a Advocacia Geral da União (AGU) negociaram que apenas duas das quatro usinas seriam leiloadas: São Simão e

Volta Grande, que somam 2.090 megawatts (MW) de potência e R\$ 8,032 bilhões dos R\$ 11 bilhões da outorga.

Pelo arranjo, segundo o diretor financeiro da Cemig, Miranda e Jaguará não entrariam no leilão. As concessões seriam asseguradas à Cemig em troca do pagamento da outorga. No caso da Miranda, o governo exige outorga de R\$ 1,1 bilhão, e teria que indenizar a Cemig em R\$ 1,060 bilhão, segundo o argumento da empresa. Haveria, então, um acerto de contas e a companhia entraria apenas com R\$ 40 milhões para inteirar o valor da outorga e ficar com a usina.

No caso de Jaguará, o valor da outorga é de R\$ 1,9 bilhão. Segundo Lima, a Cemig assinou uma operação de crédito com um banco estrangeiro que permitirá a empresa pagar o montante.

O **Valor** apurou com fontes do governo e da Cemig, porém, que não há nada fechado sobre esse acordo. Na noite de quarta-feira, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli derrubou um empecilho ao acordo, ao suspender uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que impedia a União e a Cemig de negociarem um acordo.

Ainda assim, um acordo do tipo esbarraria no TCU. O entendimento do tribunal é que as concessões são da União, devendo, portanto, ser licitadas. A venda direta à Cemig implicaria em um benefício a um comprador. Além disso, no leilão, o governo tem a possibilidade de arrecadar um montante maior, no caso de haver concorrentes dispostos a pagar ágio.

Apesar da discussão judicial com relação à concessão das usinas e até mesmo sobre a realização do leilão, o advogado Maurício Santos, especialista em infraestrutura, petróleo e gás, energia e relações governamentais do escritório Souza Cescon, acredita que haverá disputa pelos ativos.

A visão é a mesma do coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, professor Nivalde de Castro. Para ele, os favoritos são empresas chinesas e a Engie, que possui um portfólio de geração expressivo no Brasil. A chinesa CTG e a Engie são os maiores geradores privados do país.

A explicação para o forte interesse dos compradores nas usinas é a combinação da ausência de risco de construção e a garantia de receita ao longo dos 30 anos de concessão. Pelo edital, 70% da garantia física das usinas será contratada no regime de cotas de garantia física e potência. Os outros 30% poderão ser negociados no mercado livre ou objeto de contratos bilaterais.

Para a fatia no regime de cotas, o risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) é totalmente alocado com os consumidores, o que torna as condições do leilão ainda mais atrativas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: ANP tem primeiro leilão após mudança nas regras do setor**

Dois anos após o último leilão de blocos exploratórios, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) volta a ofertar novas áreas na semana que vem, com a expectativa de resultados melhores do que aqueles registrados na 13ª Rodada, em 2015, que despertou pouco interesse por parte das petroleiras. A 14ª Rodada, marcada para o dia 27, é o primeiro grande teste do governo, após uma série de mudanças pró-mercado adotadas nas regras do setor desde o ano passado, com destaque para a redução das exigências de conteúdo local, a extensão do Repetro (regime aduaneiro especial) e a retirada da exclusividade da Petrobras na operação do pré-sal.

A ANP ofertará 287 blocos, tanto em terra quanto mar. Uma das principais atrações do leilão está na Bacia de Campos. Ao todo, a agência está oferecendo dez blocos que margeiam o polígono do pré-sal, em águas ultraprofundas, e têm potencial para reservas abaixo da camada de sal.

Na avaliação do diretor-geral da ANP, Décio Oddone, a diversidade de petroleiras inscritas, de perfis dos mais variados, é saudável para o leilão. Segundo ele, o sucesso das próximas rodadas (incluindo as do pré-sal, marcadas para outubro) será medido pela "qualidade" das empresas que serão atraídas.

"Muito mais que pela quantidade de blocos ofertados, bônus de assinatura pagos, eu vejo a atração de investidores como ferramenta para medir o sucesso. Se formos capazes de atrair um número relevante de 'players' e 'players' de peso podemos dizer que foi bem-sucedido", disse.

Ao todo, 32 empresas de diversos países se inscreveram e estão no páreo, desde as gigantes do setor (ExxonMobil, Shell, BP, Total, Rosneft) até companhias de menor porte, focadas em ativos terrestres, como Alvopetro, GranTierra e Geopark. Seis petroleiras estrangeiras estão buscando oportunidades para entrar no mercado brasileiro este ano, a partir da 14ª Rodada, com destaque para a Petronas, da Malásia, uma das maiores petroleiras do mundo e que nunca participou de um leilão no Brasil.

Embora a inscrição não seja garantia de participação efetiva no leilão, a nova rodada marca também o retorno da Petrobras aos leilões, após quase quatro anos. Em 2015, a estatal ficou, pela primeira vez na história, de fora de uma licitação de blocos exploratórios, mas agora monitora as oportunidades oferecidas na rodada da semana que vem.

Fontes consultadas pelo **Valor** relatam que a movimentação das petroleiras, para formação de consórcios, tem sido mais intensa este ano do que no último leilão - que gerou à União bônus de assinatura da ordem de R\$ 121 milhões e garantiu compromissos de investimentos mínimos de R\$ 340 milhões. O grande desafio será superar os resultados da 11ª Rodada, que em 2013, numa época em que o barril superava os US\$ 100, negociou 142 blocos e movimentou R\$ 2,8 bilhões em bônus.

Para Giovani Loss, sócio responsável pela área de óleo e gás do escritório Mattos Filho, a expectativa para a 14ª Rodada é boa, mas não excelente. Ele espera que a licitação atraia principalmente as empresas de médio porte, interessadas em ativos offshore, e de pequenas empresas, com foco principalmente em ativos onshore.

"Muitas das grandes empresas vão se guardar para participar mais ativamente dos leilões do pré-sal [em outubro], que terá ativos mais interessantes e exigirá um valor de investimento [de pagamento de bônus] significativo", disse o especialista.

O edital da licitação foi bem recebido pelo mercado. O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), que em 2015 afirmou que as regras da 13ª Rodada eram "as piores de todos os tempos", considera que houve avanços no edital e no contrato de concessão dos leilões deste ano.

Ao todo, 32 empresas de diversos países estão inscritas, desde gigantes do setor até petroleiras de menor porte

A principal mudança do edital da 14ª Rodada está nas regras de conteúdo local, que deixou de ser fator de pontuação nas ofertas e teve seus índices reduzidos para entre 18% (exploração) e 40% (escoamento da produção). Para efeito de comparação, na 13ª Rodada, para blocos "offshore", as exigências mínimas ficavam entre 37% e 51% na fase de exploração; e entre 55% e 63% no desenvolvimento.

Outra novidade foi a aplicação de royalties diferenciados, para estimular investimentos em novas fronteiras exploratórias e bacias maduras de maior risco. Pela Lei do Petróleo, de 1997, a alíquota pode ser estabelecida para cada bloco leiloado, dentro de um intervalo de 5% a 10%, mas vem sendo cobrada pelo teto. Cerca de 60% dos 287 blocos exploratórios oferecidos pela ANP na 14ª Rodada, em setembro, terão alíquotas de royalties diferenciadas.

De acordo com as regras definidas pela ANP, as bacias do Paraná (terra) e de Pelotas (mar) foram consideradas de maior risco e terão alíquota mínima de 5%. A ANP fixou, ainda, alíquota intermediária, de 7,5%, para concessões localizadas

nas bacias terrestres Sergipe-Alagoas, Potiguar, Recôncavo e Espírito Santo. Apenas 40% das áreas ofertadas estarão sujeitas ao pagamento do percentual máximo de 10%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: País tem oportunidade de se tornar produtor relevante

Com um calendário de novas licitações de blocos exploratórios definido até 2019, o Brasil não está sozinho na tentativa de atrair investimentos das petroleiras. Segundo a Wood Mackenzie, além da 14ª Rodada e dos leilões do pré-sal, existem outras 25 licitações previstas até abril de 2018, no mundo. A avaliação da consultoria é que o Brasil melhorou sua atratividade desde o ano passado e que a oferta de novas áreas chega numa "janela de oportunidades crítica", no contexto global, para que o país se posicione como um produtor relevante de petróleo na próxima década.

De acordo com a WoodMac, a demanda por petróleo deve atingir o seu pico a partir de meados da próxima década e países de todo o mundo entraram numa corrida para ver quem terá papel de protagonismo no abastecimento do mercado global. Segundo o chefe da consultoria no Brasil, Pedro Camarota, este é o momento para que o Brasil explore seus recursos.

"Nesse horizonte, o Brasil precisará se posicionar sobre qual o seu papel no suprimento. Se não destravarmos essas áreas e mapearmos nossos recursos, se não licitarmos essas áreas agora, elas certamente não vão entrar em produção na próxima década. Isso significa que o Brasil vai eventualmente produzir esses barris quando o mercado estiver declinando e as margens sejam menores", avalia o consultor.

Segundo Camarota, a percepção sobre o ambiente de negócios no Brasil melhorou muito desde o ano passado, a partir de medidas como a flexibilização da política de conteúdo local e o fim da exclusividade da Petrobras na operação do pré-sal. A Wood Mackenzie, no entanto, destaca que o Brasil não está sozinho no mercado e que muitos outros países ao redor do mundo têm ajustado seus termos fiscais, na tentativa de atrair investimentos.

Na avaliação da consultoria, a instituição de um calendário de rodadas até 2019 e a materialidade das reservas do pré-sal são os principais atrativos do mercado brasileiro, enquanto as incertezas em torno do processo de licenciamento ambiental são pontos negativos.

A Wood Mackenzie estima que ainda existem cerca de 22 bilhões de barris a serem descobertos no pré-sal - dez bilhões a mais que as reservas provadas do país, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP). Os ativos abaixo da camada de sal, no Brasil, de acordo com a consultoria, estão entre os mais competitivos hoje no mundo.

"É difícil imaginar um outro lugar com esses recursos. E não é uma questão só de volume, é de produtividade também. É muito difícil encontrar lugares com uma produtividade tão significativa, o que faz do pré-sal muito econômico. Os volumes são grandes, têm escala", destaca o diretor de Pesquisa, Horacio Cuenca.

Segundo a consultoria, as próximas rodadas da ANP servirão para medir a atratividade do mercado brasileiro e se os termos fiscais estão bem ajustados. No entanto, segundo a empresa, o principal desafio do setor no Brasil não está na atração de petroleiras interessadas, mas na capacidade da indústria de entregar os projetos.

"Há descobertas pequenas e médio porte que têm dificuldades de serem viabilizadas e correm muito mais risco de ficar no subsolo. Na margem equatorial, por exemplo, as bases logísticas são distantes, não há infraestrutura logística, é muito mais complexo", comenta Cuenca.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel decide futuro do grupo Isolux na próxima semana

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve decidir, na terça-feira, se impede o grupo Isolux e empresas coligadas de participarem de novas licitações no setor elétrico, pelo prazo de dois anos. O processo será colocado em votação com o relatório do diretor André Pepitone, que propõe a condenação do grupo espanhol por não implementar projetos de transmissão de energia.

O grupo enfrenta dificuldades para executar os projetos arrematados em leilão desde 2015, quando a matriz espanhola anunciou que entraria com um pedido de recuperação extrajudicial. Se a decisão da Aneel for confirmada produzirá efeitos sobre Isolux Ingeniería, Isolux Corsán, Corsan-Corviám Construcción, Linhas de Rondônia Transmissora de Energia e Linhas de Santarém Transmissora de Energia Ltda.

Entre os projetos que enfrentam problemas de paralisação das obras está o trecho de 436 quilômetros que é uma extensão que seria usada para reforçar o escoamento da energia produzida pela hidrelétrica Belo Monte, no Pará. Outro projeto mencionado no parecer do diretor da agência reguladora é uma linha de 315 quilômetros em Rondônia.

Penalidade semelhante foi aplicada no fim do mês passado ao grupo Bertin. A empresa não entregou seis usinas termelétricas projetadas para o Estado da Bahia.

Procurada pelo **Valor**, a Isolux informou que já havia tomado conhecimento dos desdobramentos do caso na Aneel. O diretor-geral de concessões de energia da Isolux Brasil, Juan Ramón, disse que tenta negociar com a autarquia uma "solução amigável".

Com essa estratégia, a empresa não levaria a discussão sobre investimentos já realizados à Justiça e aceitaria transferir os investimentos iniciais e todos os estudos sobre os projetos técnicos e de licenciamento ambiental ao novo concessionário. Em troca, o órgão regulador deixaria de executar a garantia bancária de R\$ 29 milhões apresentada no leilão.

"Se retirar a outorga, eu aceito. Assino um termo de compromisso para entregar todo o ativo. Isso ocorreria a título não oneroso, sem cobrar aquilo que já investimos. A questão da garantia é a nossa única condição", afirmou o executivo. Ramón informou que a proposta foi feita em reunião realizada há cerca de um mês com Pepitone.

O executivo do grupo espanhol disse que o diretor da Aneel ficou de dar uma resposta reconhecendo que a saída sugerida pela empresa seria favorável ao sistema. Ramón explicou que a concordância da Aneel representaria um ganho de tempo correspondente a dois anos em favor do novo empreendedor.

A Isolux tem a expectativa de que a avaliação da agência seja concluída na semana de julgamento do processo. "O diretor ficou de ver se existe respaldo jurídico, algum 'encaixe regulatório' que pode ser adotado para o nosso caso. Vamos procurá-lo novamente para evitar que haja uma penalidade mais dura", afirmou o executivo da Isolux.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Compass avalia CMSE

A decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) de ampliar a importação de energia de Argentina e Uruguai, na medida em que for possível e se necessário, devido ao volume de chuvas mais fraco do que esperado é positiva, no entendimento do grupo Compass, especializado em comercialização de energia. Para a companhia, a medida é importante inclusive por razões técnicas. "Essa atitude [de ampliar a importação de energia] é saudável até por questão de restrições elétricas para solucionar problemas de atendimento à ponta [pico de consumo no sistema]", afirmou Gustavo Arfux, sócio-diretor da Compass, ao **Valor**. Apesar do quadro mais severo de escassez de chuvas e baixo nível dos reservatórios, o executivo não vê riscos de desabastecimento no setor elétrico em 2017 e 2018. "Não há risco de racionamento, ainda que o PIB tenha uma puxada mais forte", completou Arfux.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Usina afetada por desastre da Samarco continua desligada

Desativada há quase dois anos por causa da tragédia com a mineradora Samarco em Minas Gerais, a hidrelétrica Risoleta Neves precisará ainda de mais um ano para operar novamente. A usina pertence à Vale e à empresa de energia elétrica de Minas, Cemig.

Em novembro de 2015, quando a barragem de Fundão, da Samarco, se rompeu na cidade de Mariana (MG), a onda de rejeito de minério de ferro cobriu afluentes do rio Doce, o próprio rio Doce e chegou até a costa do Espírito Santo. A maior parte desse rejeito, no entanto, ficou represado pela estrutura da usina.

A hidrelétrica fica a cerca de 100 km da área da Samarco em Mariana e foi desligada para evitar danos nas turbinas.

A Samarco passou a dragar um trecho do rio Doce próximo da usina com o objetivo de permitir seu religamento. Mas além da dragagem, a empresa decidiu construir barreiras de aço dentro do rio para evitar que mais rejeito continuasse a chegar na área da usina. No fim do ano passado, a mineradora trabalhava em duas barreiras. Depois, adicionou mais uma ao projeto.

Agora, a última das três dessas barreiras está para ser concluída. "A gente termina o último barramento em outubro", afirmou Roberto Waack, presidente da Fundação Renova. A fundação é a entidade responsável por medidas para

lidar com os efeitos do desastre de 2015. A Renova é mantida por Vale e BHP, acionistas da Samarco.

"Esses barramentos estão claramente tendo um efeito muito importante de evitar que esse rejeito vá chegando na faixa de 400 metros [antes da hidrelétrica] que precisam ser preservados para que a usina possa voltar a operar", disse ele a jornalistas. Waack participou ontem do 17º Congresso Brasileiro de Mineração, em Belo Horizonte.

Inicialmente, os planos da Samarco eram retirar o rejeito do leito do rio perto de Candonga até o fim do ano passado. Mas o cronograma foi sofrendo revisões. Segundo Waack, o plano atual é retirar, até o meio de 2018, o rejeito que nas proximidades da usina. Com isso, disse ele, a hidrelétrica estaria em condições de ser religada.

"A gente acha que até o fim do ano [de 2018] a usina possa estar funcionando normalmente", afirmou Waack. O rejeito a ser retirado será depositado em uma fazenda adquirida para esse fim nas proximidades de Candonga.

Waack afirmou que um dos grandes desafios técnicos da Samarco é a operação de limpeza da área da hidrelétrica.

A Renova está encarregada também dos projetos de construção de casas de famílias que tiveram suas moradias destruídas pela tragédia, pela recuperação de nascentes e dos rios, de obras de sistema de abastecimento de água de cidades que ficam às margens do rio Doce, indenizações, entre outras medidas.

Waack admitiu que as ações estão em uma velocidade aquém do esperado pelas famílias atingidas, mas reafirmou que a Renova e as mineradoras estão comprometidas em levar adiante as medidas definidas em um acordo firmado no ano passado com União e governos dos Estados de Minas e Espírito Santo.

Dezenove pessoas morreram com o desabamento da barragem da Samarco e cerca de 500 mil pessoas foram atingidas direta ou indiretamente pelo desastre.

MME / ASCOM .